

Nome: Bruna Santos Lopes

LCF679 - Políticas Públicas, Legislação e Educação Florestal

Prof. Dr. Marcos Sorrentino

Fichamento sobre os temas: “Conjuntura e Utopias: o meu papel nesse cenário” e “Eu e a Política Florestal”

O Brasil tem a mais avançada legislação florestal já existente, tal como diz Alceo Magnanini em “A História da Lei Federal N° 4.771/1965 (“Código Florestal Brasileiro)”, falta, entretanto, seu cumprimento. Não que ela em sua maior parte não seja respeitada, mas na minha opinião, faltam ainda, à muitos brasileiros, a consciência da importância da natureza em si para aceitarem como as leis referentes às florestas se impõe e porque devem ser respeitadas. O Código Florestal Brasileiro é uma utopia, porque ele considera as florestas brasileiras em todos os aspectos de maneira muito inteligente e tangível, entretanto, é uma utopia porque está no papel e não nas ações humanas.

É como um discurso dito por alguém, não importa o quão bonito seja, se não conseguir atingir as pessoas da maneira que precisa, não irá movimentar nem mesmo os aplausos. Não se trata, portanto, somente de falar bem, é preciso conseguir meios para que acarrete uma reação.

O cumprimento de uma lei, então, não acontecerá somente se estiver escrita, é preciso “tocar” a população de modo que os mesmos entendam a importância de se cumprir, e a principal e mais efetiva maneira que vejo para isso é a educação. Neste caso, mais especificamente, a educação ambiental e florestal.

Acredito que a educação é o meio do qual precisamos para transformar. A partir do momento que alguém aprende/conhece/entende, essa pessoa está livre para avaliar as suas próprias ações e as ações ao seu redor, livre no sentido de que sua mente agora sabe mais e trabalha mais, por isso, a estimula pensar sobre essas ações.

E se são as ações praticadas onde queremos ver diferenças, precisamos fazer as pessoas pensarem nelas. É desta maneira que penso ser a educação a melhor forma, pois, pode haver a melhor legislação e as mais severas punições para cada ação contra o meio ambiente, mas se os infratores não adquirirem consciência, essas ações voltam a se repetir.

Penso ainda, que assim como as leis são feitas baseadas na desuniformidade social, a prática educadora também deve levar isso em conta. Cada pessoa traz uma bagagem de vida consigo, e a educação florestal precisa envolver esses aspectos para conseguir um diálogo e possivelmente uma transformação. Essa transformação não precisa ser aquela em que alguém é só espectador da natureza, a educação também envolve poder usufruir do natural, assim como explica Paulo Affonso Leme Machado em “A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente: Uma lei bem implantada”.

Acredito que o meu papel no cenário da política florestal então, não se limita apenas a entender como funciona a legislação e sim, se ela é efetivamente assentida. No caso negativo, o meu papel deve ser como de uma conciliadora, que busca entender os motivos em seu entorno e procura formas de alterar esse cenário de maneira positiva. Levando em consideração que devemos sempre prezar pela conservação dos recursos naturais, mas que se não lidarmos de maneira correta com os recursos humanos, não teremos o utópico equilíbrio neste planeta.